



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ARTICULAÇÃO PEDAGÓGICA DA EDUCAÇÃO BÁSICA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO EDUCACIONAL

FORMAÇÃO EM AÇÃO 2014

2º SEMESTRE

ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA, NA MODALIDADE EDUCAÇÃO ESPECIAL - ÁREA DA DEFICIÊNCIA VISUAL

- Escola de Educação Básica Professor Carlos Neufert - Jacarezinho.
- Escola de Educação Básica Professor Osny Macedo Saldanha – Curitiba.
- Escola de Educação Básica Professor Orlando Chaves – Curitiba.
- Escola de Educação Básica Professora Julita – Guarapuava.
- Escola de Educação Básica Chico Xavier – Londrina.

Olá professores!

A Formação em Ação é um evento de formação continuada promovida pela Secretaria de Estado da Educação – SEED, através dos NREs com carga horária de 16 horas, dividida em duas etapas distintas de 8 horas, uma em cada semestre.

Para o segundo semestre de 2014 o DEEIN propõe para Escolas de Educação Básica na Modalidade Educação Especial aprofundar o estudo e a reflexão, referente ao processo de construção da alfabetização de pessoas com deficiência visual, seguindo os mesmos preceitos pedagógicos das discussões da rede comum de ensino.

Desejamos a todos um bom trabalho!

Marisa Bispo Feitosa
Chefe do DEEIN

TEMA DE ESTUDO: Algumas Considerações sobre o Processo de Alfabetização de Crianças Cegas.

PARTE I: A organização do trabalho na parte I tem como objetivo possibilitar que os professores reflitam sobre os conceitos de letramento e alfabetização de alunos com deficiência visual, articulando-os com sua prática de alfabetização nas Escolas de Educação Básica, na Modalidade Educação Especial.

1. Leitura do texto: “Algumas Considerações sobre o Processo de Alfabetização de Crianças Cegas” elaborado por Bento Selau, professor pela Universidade Federal do Pampa – RS e Louise da Rosa graduada em Pedagogia pela mesma universidade (anexo 1).

Professor, este texto tem por objetivo relatar sobre o processo de alfabetização de educandos cegos, o qual se equipara ao processo de alunos videntes, que conforme afirma Almeida (2002), “a principal semelhança é que as crianças com cegueira passam pelas mesmas etapas do processo de alfabetização que as crianças videntes, pelos mesmos conflitos cognitivos e têm o mesmo desejo de aprender, devendo, porém ser mais estimuladas”.

2. Discussão em grupo: discutir os pontos significativos do texto, que são considerados importantes para a proposta de alfabetização utilizada pela escola.

PARTE II:

Após a leitura do texto coletivamente em grupos formados por quatro professores, elaborar um texto que contemple:

- a) Síntese de como se dá o processo de alfabetização de educandos cegos proposto no texto;
- b) Considerações importantes sobre as semelhanças e diferenças que ocorrem no processo de alfabetização e letramento de alunos cegos e videntes;
- c) As crianças videntes, muito antes de aprenderem a ler e escrever de forma alfabética fazem suas hipóteses sobre a leitura e escrita, pois têm contato diário com o mundo das letras bem antes de ingressarem na escola, estabelecendo hipóteses que permitem avanços em relação à aquisição da leitura e da escrita. Relate sobre como a criança cega constrói suas hipóteses em relação à leitura e escrita?

PARTE III: A organização do trabalho na parte III tem como objetivo possibilitar aos professores produção escrita das práticas pedagógicas de alfabetização, adotadas por sua escola.

1. Produção escrita

Questões a serem observadas na produção escrita:

- Quais os métodos de alfabetização utilizados pela escola?
- A proposta de alfabetização adotada pela escola contempla a evolução da criança cega na educação infantil, preparando-a para as etapas subsequentes do ensino fundamental e médio?

Muito bem! Chegando ao final deste trabalho, é de suma importância que o DEEIN receba os resultados dos trabalhos realizados. Desta forma, solicitamos que nos envie a produção escrita da PARTE III.

Formatação da produção escrita (parte III):

- mínimo de 2 laudas,
- digitadas em letra Arial 12, espaço 1,5.

Prazos:

As escolas deverão encaminhar este material ao NRE, via malote, até o dia 07/11/2014. Por sua vez o NRE deverá encaminhar ao DEEIN, estas atividades, via malote, até o dia 14/11/2014.

ANEXO 1

**Algumas Considerações sobre o Processo de Alfabetização
de Crianças Cegas¹**
Some Considerations on the Process of Blind Children's Literacy

*Louise da Rosa
Bento Selau*

RESUMO

Este artigo apresenta os resultados de uma investigação sobre o processo de alfabetização de crianças cegas, identificando as estratégias pedagógicas necessárias para essa prática. Para se atingir os resultados desta pesquisa bibliográfica, foram utilizados os procedimentos metodológicos seguidos por Lima e Mioto (2007). A alfabetização é um processo muito importante para a formação de uma criança cega ou vidente. O que determina o sucesso desse processo são as estratégias utilizadas pelos pedagogos. Alfabetizar crianças cegas não difere muito de alfabetizar crianças videntes, mas é preciso adaptar o processo para suprir as limitações decorrentes da falta de visão. Faz-se necessário que os alfabetizadores tenham o devido conhecimento teórico para melhor prover sua prática, o que possibilitará aos cegos a oportunidade de independência e autonomia, elevando sua autoestima e, principalmente, a conquista de espaços sociais por via de sua competência acadêmica.

Palavras-chave: Alfabetização (criança cega). Formação de professor (aluno cego). Autoestima (aluno cego).

ABSTRACT

This article presents the results of an investigation about the process of blind children's literacy, by identifying the teaching strategies necessary for this practice. The methodological procedures used to attain the results of this bibliographic research were those followed by Lima and Mioto (2007). Literacy is a very important process to the formation of both a sighted and a blind child, and what determines the success of this process are the strategies used by educators. The procedure used for blind children's literacy is not very different from that used for sighted children, except for some

¹ Revista Benjamin Constant; Rio de Janeiro, v. 17, número 49, p. 5 □ 9, agosto, 2011.

adaptations to supply the limitations resulting from vision lack. It is necessary for the literacy teachers to have the adequate theoretical knowledge for better practice, which will make it possible for the blind to live independently, to increase their self-esteem and, above all, to conquer their own social spaces by virtue of academic selfcompetency.

Keywords: Literacy (child blind). Teacher education (student blind). Self-esteem (student blind).

Introdução

O trabalho de investigação que se apresenta teve como objetivo compreender como se dá o processo de alfabetização de crianças cegas, identificando estratégias pedagógicas necessárias para essa prática.

A motivação para realização dessa investigação deu-se em função da necessidade do desenvolvimento de uma pesquisa como requisito para conclusão do curso superior em Pedagogia. Esse interesse esteve vinculado, ainda, à experiência de ser mãe de uma criança cega e à observação de que do Município de Jaguarão (onde residimos) até 150 quilômetros não há pedagogos que possam alfabetizar cegos. Para ser alfabetizado (e continuar o processo de escolarização), meu filho de 10 anos precisa percorrer, diariamente, 280 quilômetros, correspondentes à ida e à volta do Município de Pelotas, único da região sul do Estado do Rio Grande do Sul que conta com a presença de pedagogo que alfabetiza cegos. Essa realidade fez com que se compreendesse que há necessidade de formação de pedagogos que se importem com e sejam capazes de alfabetizar crianças com cegueira em Jaguarão, pois a educação especial ainda apresenta algumas dificuldades em nossa localidade. A alfabetização de alunos cegos requer uma atuação pedagógica que atenda às especificidades desses alunos. A criança cega necessita de procedimentos pedagógicos específicos, pois exige requisitos diferenciados para o ensino. Essa reflexão é aquela que indica que o ensino se dá por vias alternativas, já que a informação não pode ser obtida por meio da visão.

O presente estudo será apresentado obedecendo à seguinte ordem: o caminho metodológico que auxiliou no desenvolvimento da pesquisa, alguns aspectos teóricos da alfabetização de crianças videntes e cegas, o papel do educador e o método para alfabetizar cegos e algumas considerações finais.

Método de investigação

Optou-se pelos procedimentos metodológicos da pesquisa bibliográfica que, conforme Lima e Miotto (2007), oferecem ao pesquisador a possibilidade na busca de soluções para o objetivo da pesquisa, implicando um conjunto ordenado de procedimentos voltados ao objeto de estudo. Lima e Miotto (2007, p. 40) salientam que “a pesquisa bibliográfica requer do realizador atenção constante aos objetivos propostos e aos pressupostos que envolvem o estudo para que a vigilância epistemológica aconteça”. O desenvolvimento do trabalho deu-se mediante a exploração de fontes bibliográficas em materiais como livros, artigos e revistas eletrônicas. Para tanto, dividiu-se a metodologia em quatro fases:

a) *Elaboração do projeto de pesquisa*: consistiu na escolha do assunto, do planejamento das ações que seriam tomadas, a fim de buscar respostas ao objetivo formulado.

b) *Investigação das soluções (levantamento da bibliografia e das informações contidas na bibliografia)*: iniciou-se a coleta de informações, adotando como parâmetro de delimitação para a seleção de material os seguintes indicadores:

1. Levantamento do material bibliográfico: tiveram-se como base as seguintes obras a serem consultadas: Almeida (2002), que apresenta o processo de alfabetização de cegos, bem como os métodos e procedimentos; Ferreiro e Teberosky (1985), que trazem à tona os procedimentos e métodos de alfabetização de crianças videntes; Barbosa (1992), que aborda a alfabetização de crianças videntes; Freire (1996), que mostra que a tarefa do educador, mesmo que prazerosa, exige preparo e comprometimento com o processo; Sá e Magalhães (2008), Bechara e Ferreira (2000), que apresentam recursos didáticos na educação especial; Bechara e Lemos (1996) e Marina (2003), que acrescentam sobre o Sistema Braille no Brasil; Falsarella (2004), que relata a formação continuada e a prática de sala de aula, bem como a qualificação profissional do educador².

2. Levantamento das informações: a técnica utilizada para investigação das soluções foi baseada fundamentalmente na leitura de cada material e no estudo das informações presentes no referencial teórico. Para tanto, foram aplicadas:

² Foram utilizados, ainda, outros autores no processo de análise da pesquisa.

- 2.1. Leitura de reconhecimento do material bibliográfico: realização de uma leitura rápida, a fim de localizar e selecionar materiais que contivessem informações relacionadas ao tema;
- 2.2. Leitura exploratória: para verificar se os dados selecionados realmente seriam relevantes;
- 2.3. Leitura seletiva: determinou-se o que de fato estaria relacionado com o objetivo da pesquisa;
- 2.4. Leitura reflexiva ou crítica: realização de um estudo crítico do material, ordenando e resumindo as informações contidas;
- 2.5. Leitura interpretativa: relacionamento das ideias expressas na obra com o objetivo.

c) *Análise explicativa das soluções*: objetivou relacionar as ideias expressas na obra com o objetivo para o qual se buscou resposta.

d) *Síntese integradora*: consistiu no resultado das análises dos documentos. Após o cumprimento dessas etapas, chegou-se às seguintes categorias: o processo de alfabetização focado no aluno vidente, a alfabetização de crianças cegas, o papel do educador e o método para alfabetizar cegos.

Na sequência, passa-se a discorrer especificamente sobre cada uma.

O processo de alfabetização focado no aluno vidente

Para se entender o processo de alfabetização de crianças cegas, faz-se necessário apresentar, anteriormente, o processo de alfabetização de crianças videntes. A alfabetização é uma etapa percorrida por todas as crianças em idade escolar, sejam elas videntes ou não. Os métodos utilizados podem ser os mesmos, sendo necessárias, contudo, algumas adaptações para alfabetizar as crianças cegas. É necessário que o pedagogo possua um conhecimento teórico dos métodos de alfabetização para desenvolver sua prática, adaptando-a para suprir as limitações causadas pela cegueira. É por meio desses aspectos que se compreende a importância de um embasamento teórico que faça com que os educadores possam refletir sobre o assunto, ampliando e enriquecendo sua prática.

Para dar início ao estudo do processo de alfabetização, é importante refletir que esse é um período da vida escolar da criança em que surgem grandes dúvidas e que merece cuidados especiais.

Alfabetização é um processo decorrente da curiosidade e da ação da criança, não apenas das videntes, mas também das crianças cegas, que deve ser aguçado pelo pedagogo por intercessão de diferentes gêneros textuais e de distintos suportes. Por isso, é necessário tornar disponíveis materiais que levem as crianças a aprender de forma mais ativa.

Nessa perspectiva, Ferreiro e Teberosky (1985) enfatizam que a alfabetização da criança não depende somente do método e de manuais. Segundo as autoras, cada criança busca construir seu conhecimento por meio da elaboração de hipóteses e do produto de conflitos cognitivos que lhe permite avanços em relação à aquisição da leitura e da escrita.

Para Soares (1985, 1998), a alfabetização é um processo permanente, que se estende por toda a vida, não se esgotando na aprendizagem da leitura e da escrita. Faz parte da natureza humana a busca incessante de novos conhecimentos, e essa busca permanente faz com que o homem produza novos conhecimentos, mediados pela linguagem oral ou escrita. A criança vidente, ao ingressar no caminho da escrita, apropria-se dela antes mesmo de compreendê-la, em virtude de os seus elementos estarem ao alcance nas mais diversas formas, estimulando sua imaginação e curiosidade.

Pode-se afirmar que a criança vidente, ao entrar na escola, já está de algum modo inserida no mundo letrado, pois desde muito cedo tem contato visual com a leitura e a escrita, o que é um facilitador para o processo de alfabetização. Imitando os adultos, a criança revela o desejo inconsciente de escrever, por meio da produção de rabiscos ou desenhos.

O período de alfabetização é um período em que a criança se apropria conscientemente do sistema representativo da escrita. Verifica-se que esse processo de apropriação se dá naturalmente e permeia toda a evolução da criança. É comum ver crianças ainda pequenas manuseando revistas, jornais, livros, calendários etc. Uma caneta, um pedaço de giz, uma pedra de carvão, um graveto transformam-se em instrumentos poderosos, dos quais a criança lança mão para expressar suas concepções originais quanto à ação de escrever (ALMEIDA, 2002).

O alfabetizando vidente, ao chegar à idade escolar, traz consigo uma vasta bagagem de saberes e conhecimentos, passando pelos seguintes níveis durante esse período, conforme Ferreiro e Teberosky (1985):

Pré-silábico: expressa-se através do desenho, não diferenciando as letras;

Silábico: expressa-se através de uma letra para cada sílaba;

Silábico-alfabético: identifica algumas sílabas e relaciona letra, sílaba e som;

Alfabético: separa as palavras e escreve como fala, fazendo a correspondência com a pronúncia.

Ferreiro e Teberosky afirmam que a alfabetização não é um estado ao qual se chega, mas um processo cujo início é, na maioria dos casos, anterior à escola e que não termina ao finalizar a escola primária. Por isso, a ação educativa requer uma sensibilidade por parte do educador pelo educando, considerando suas ações, dificuldades e desempenhos, pois o alfabetizando não é um indivíduo em estado bruto.

O alfabetizador tem a liberdade de trilhar dois métodos que levam à alfabetização, de acordo com o fundamento teórico pelo qual optar. Conforme Barbosa (1992), são eles: *sintético* – seu ponto de partida é o estudo dos elementos da língua (letra, fonema, sílaba), considerando o processo da leitura como um esquema somatório, pois com a soma dos elementos o alfabetizando aprende a palavra; *analítico* – parte dos elementos de significação da língua (palavra, frase, conto).

Por um lado, os dois métodos se opõem quanto às operações básicas, que envolvem síntese e análise; por outro, possuem algo em comum: para aprender a ler, a criança precisa estabelecer correspondência entre som e grafia; ela aprende a ler oralizando a escrita (BARBOSA, 1992). Para isso, é imprescindível que o professor encontre na criança suas reais potencialidades, respeitando sua cultura de origem e dividindo com ela o acervo acumulado desde o nascimento.

É importante destacar que tanto a linguagem escrita quanto sua aprendizagem possuem elementos que as tornam lógicas para o universo infantil, como sua forma de construir significados para o que se faz, para o que se vê e para aquilo que se experimenta.

Alfabetização de crianças cegas

A preocupação deste estudo é com a alfabetização de crianças totalmente cegas ou que percebem apenas resquícios de luz, que nasceram cegas ou perderam a visão antes dos cinco anos e que não têm a visão como padrão de referência para a alfabetização. Para fins educacionais, conforme Selau, Kronbauer e Pereira (2010), ao se referir à deficiência visual, está-se fazendo menção às pessoas com *cegueira* (pessoas cegas): aquelas que apresentam desde a ausência total de visão até a perda da projeção de luz. Seu processo de aprendizagem se fará por meio dos outros sentidos (tato, olfato, audição, paladar), utilizando o Sistema Braille como principal meio de comunicação escrita e o emprego de recursos específicos.

A criança cega chega à escola com uma bagagem de conhecimentos adquiridos naturalmente no meio em que vive. Entretanto, para Almeida,

a criança cega não passa com tal naturalidade por essas experiências enriquecedoras. Falta-lhe a condição de imitar, [e ela] acaba, por essa razão, não tendo reais oportunidades de aprendizagem. O ato da escrita tão simples e prazeroso para uma criança vidente transforma-se numa lacuna para ela nos primeiros anos de sua vida. (2002, p. 22)

O ensino da linguagem escrita deve acontecer por meio de estratégias capazes de respeitar as características das crianças e o seu direito de viver plenamente esse momento da vida. Encontrar uma forma de ensinar capaz de respeitar o direito ao conhecimento e, ao mesmo tempo, a capacidade, o interesse e o desejo de cada um de aprender se constitui em uma tarefa da Pedagogia para qualquer nível de ensino.

Como a criança cega não tem a naturalidade da experiência de imitar o ato de escrever do vidente, ela tem certa desvantagem no momento da alfabetização. Assim, possui a necessidade de experiências físicas e contatos diretos com os objetos, além da interação verbal com adultos e crianças do seu mundo social, para aprender do que a rodeia. Seu processo de alfabetização será mais intrincado, pois o contato com a leitura e a escrita ocorre tardiamente, sendo necessário mais estimulação que possibilite seu desenvolvimento cognitivo e físico.

Independentemente do caráter pedagógico adotado pelo alfabetizador de crianças cegas, é importante compreender que elas necessitam passar por um período preparatório, que compreende explorar o contato com material concreto para aguçar o tato, período esse em que as habilidades e capacidades sensoriais, motoras e cognitivas devem ser trabalhadas para facilitar o processo de alfabetização. Esse processo constitui-se em um pré-requisito importante para amenizar as dificuldades da criança cega na alfabetização. O máximo de contato com materiais com diversas formas e texturas, com o objetivo de desenvolver seu sentido tátil, é necessário para o aprendizado do braille, o sistema fundamental para alfabetizá-la.

O Sistema Braille é o modo de leitura e escrita tátil utilizado pelos cegos³. De acordo com Sá e Magalhães (2008), para a realização da escrita ou leitura em braille, é necessário que a criança conheça convenções, assimile conceitos gerais e específicos, desenvolva habilidades e agilidades táteis. É fundamental que a criança cega tenha um rigoroso preparo quanto à discriminação tátil, pois é através dela que o cego percebe o mundo e logo se apropria do sistema da escrita.

³ Esse sistema foi desenvolvido pelo francês Louis Braille (1804-1852), que ficou cego ainda criança ao se machucar com uma ferramenta quando brincava no local de trabalho do pai (MARINA, 2003).

Faz-se necessário que o professor alfabetizador tenha como ponto de partida trabalhar o sentido tátil, usando a palma das mãos, os dedos e as mãos em conjunto para explorar objetos. Essas noções são importantes para a percepção e a reprodução das semelhanças e diferenças das combinações dos pontos que representam as letras. O tato, a destreza tátil e a coordenação manual precisam estar desenvolvidos, pois tanto a técnica da leitura quanto a escrita das letras dependem de movimentos sincronizados das mãos e da percepção tátil de diferenças.

O ensino do Sistema Braille acontece por meio de instrumentos como a reglete e o punção. A reglete consiste em duas placas de metal ou de plástico, fixadas de um lado por dobradiças, de modo a permitir a introdução do papel. Isso permite à pessoa cega escrever os pontos em relevo, pressionando o papel com o punção. Na reglete, escreve-se da direita para a esquerda, na sequência normal das letras ou símbolos, mas lê-se da esquerda para direita, como a escrita dos videntes.

O *soroban* é um instrumento matemático manual composto de duas partes separadas por uma régua horizontal, chamada de “régua de numeração”. É utilizado pelo cego a partir do início da alfabetização e por toda a sua vida escolar e cotidiana. O uso do *soroban* está previsto em lei. A Portaria MEC no 1.010, de 10 de maio de 2006, registra: “Art. 1º Institui o Soroban como um recurso educativo específico imprescindível para a execução de cálculos matemáticos por alunos com deficiência visual” (BASTOS, 2009; BRASIL, 2006).

Conforme Almeida (2002), a criança cega necessita ser trabalhada em todos os níveis: seu corpo e sua mente precisam estar integrados, constituindo um conjunto harmonioso de duas partes que têm de compatibilizar pensamento e ação. Assim, o educador deve propor à criança experimentar várias situações de aprendizagem, para que ela possa descobrir e reconhecer o universo a que pertence e se identificar como um ser capaz e completo.

Existem algumas semelhanças entre o processo de escrita dos videntes e o sistema de leitura escrita braille. Para Almeida (2002), a principal semelhança é que as crianças com cegueira passam pelas mesmas etapas do processo de alfabetização que as crianças videntes, pelos mesmos conflitos cognitivos e têm o mesmo desejo de aprender, devendo, porém, ser mais estimuladas. Existem, no entanto, algumas dificuldades no processo de alfabetização da criança cega, dentre as quais falta de material didático, falta de capacitação dos professores, contato tardio do cego com a escrita, não aceitação por parte do deficiente e/ou dos familiares da sua limitação sensorial, ou estereótipos designados por parte das escolas, que julgam o deficiente um ser incapaz de aprender.

Almeida (2002) compreende que é importante que o professor alfabetizador que utiliza o Sistema Braille conheça bem seu funcionamento. O Sistema Braille é de extraordinária universalidade: pode exprimir as diferentes línguas e escritas da Europa, Ásia e África. Sua principal vantagem reside no fato de as pessoas cegas poderem facilmente escrever por esse sistema, com o auxílio da reglete e do punção. A escrita braille pode tornar-se tão automática para o cego quanto a escrita com lápis para a pessoa de visão não comprometida. Na pré-escola, é fundamental que a criança cega tenha o máximo de contato com a escrita, assim como os videntes. Seu nome deve estar ao seu alcance, em braille e em alto-relevo, facilitando a familiarização com a escrita (ALMEIDA, 2002).

O símbolo também é primordial para a alfabetização das crianças cegas. Elas precisam fazer a relação do conjunto de pontos que formam os caracteres do Sistema Braille com os sons da fala; sem que isso ocorra, a alfabetização da criança cega torna-se quase inviável.

O papel do educador e o método para alfabetizar cegos

Entende-se a prática do professor como um processo contínuo a ser aprimorado constantemente. Assim, a abertura para a autonomia profissional para o trabalho com crianças cegas exige o desenvolvimento de capacidades reflexivas em grupo, compartilhando os conhecimentos e os saberes que são obtidos por meio da formação institucional e de experiências alcançadas na própria prática educativa.

Falsarella (2004) salienta que o docente não é apenas responsável por uma mera transmissão de conhecimentos; ele deve ser um formador e levar seus alunos a se entenderem como agentes em suas vidas e na coletividade. Não basta apenas ter boa formação teórica, deve tornar-se reflexivo e buscar aprendizagens coerentes com a alfabetização de cegos para poder aplicar os conhecimentos pertinentes na sala de aula e realmente ajudar os educandos.

Quanto ao método mais eficaz para alfabetizar crianças cegas, nota-se que ainda não existe um único. O educador tem a liberdade de utilizar o método de alfabetização que julgar apropriado, considerando o estilo perceptivo do aluno.

O método fonético ou sintético tem por objetivo básico ensinar ao aluno o código no qual os sons são convertidos em letras ou grafemas, ou vice-versa, separando inicialmente a leitura e o significado. Decifrar o Sistema Braille é uma decodificação de natureza perceptivo-tátil, não garantindo a aprendizagem conceitual e a interpretação necessária ao processo de leitura.

Por sua vez, no método silábico ou alfabético as sílabas são combinadas para formar palavras. Em geral, quando se ensina por esse método, inicia-se por um treino auditivo, por meio do qual o aluno é levado a perceber que as palavras são formadas por sílabas ou por grupos consonantais. A partir daí, ele assimila a forma gráfica da sílaba, à qual atribui o devido som. Nesse método, apresenta-se, inicialmente, a família silábica e, em seguida, palavras, frases e textos. Para ambos os métodos devem-se propor conteúdos significativos adequados à idade, visto que a leitura é um instrumento de comunicação e de informação.

Não há um método pronto e infalível para educar uma criança cega. O professor precisa conhecer o aluno que tem diante de si e sobre o qual incide sua atenção na ação pedagógica. No entanto, para alguns autores, como Almeida (2002) e Campos, Sá e Silva (2007), o método sintético é um dos que dão maior resultado para alfabetizar crianças cegas, devido ao fato de partir da unidade para o todo, enquanto o método analítico parte do todo para a unidade. Embora apresente algumas falhas, o método sintético pode ser usado com êxito pelos alfabetizadores, mas isso vai depender da competência e criatividade de cada um para transformar esse processo em algo atraente e enriquecedor, sendo importante destacar a conduta do professor, que determinará o significado e a importância do processo de alfabetização no cotidiano escolar de uma criança cega.

Quando se ensina pelo método silábico, no qual as sílabas são combinadas para formar palavras, dá-se início a um treino auditivo, em que a criança é levada a perceber que as palavras podem ser constituídas por sílabas simples ou por encontros consonantais. A assimilação do aluno acontece através da forma gráfica da sílaba, que é atribuída por meio do som.

O importante é a criança perceber e entender a língua escrita, suas regras e suas convenções, saber sua função, ter interesse e desejo de aprender. Qualquer método precisa levar em conta o sujeito que aprende e considerar as hipóteses que ele faz sobre o objeto de estudo, para que avance passo a passo na construção de seus próprios conhecimentos. Para isso, é necessário reconhecer o que a criança já sabe para poder, a partir, daí ajudá-la a progredir.

Sobre a quantidade de alunos cegos para serem alfabetizados, não há um receituário: a alfabetização pode ser ministrada individualmente ou em pequenos grupos. Porém, é importante ressaltar que, quando as crianças cegas estão reunidas em pequenos grupos para alfabetização, elas se apoiam, interagindo umas com as outras (SELAU; KRONBAUER; PEREIRA, 2010). Independente do método utilizado, o educador deve procurar trabalhar com grupos de alunos, o que pode ser também um fator considerado fundamental para o desenvolvimento de capacidades sociais.

À guisa de conclusão

As pessoas cegas buscam superar as limitações sociais causadas pela sociedade voltada para o sentido da visão não com a caridade de ninguém, mas mediante adequada escolarização que as leve por um processo de formação, impulsionando-as à devida competência profissional. Isso significa que alfabetizar uma criança cega requer do pedagogo formação teórica e prática adequada, racional, ressaltando ainda que é preciso estar disposto a enfrentar possíveis desafios e crescer com o que se faz, porque o processo pedagógico deve ser competente.

Esses elementos indicam que a sensibilidade e a criatividade são indispensáveis na prática educacional do professor (FREIRE, 1996). Este que deve perceber que a criança cega desenvolve, constrói e aprende com sucesso. É imprescindível que o pedagogo busque constantemente a avaliação de sua prática, uma vez que é necessária a procura da adequação dos procedimentos e recursos didáticos e pedagógicos coerentes com a especificidade demandada pelo aluno ou grupo de alunos cegos.

A alfabetização de crianças cegas vai além de ensinar a ler e a escrever. É também com a orientação do professor que essas crianças aprenderão a ler o mundo, o que proporcionará a elevação de sua autoestima e a busca de sua independência e autonomia, dando-lhes a oportunidade, sobretudo, da conquista de espaços sociais por sua competência acadêmica.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria da Gloria. Fundamentos da alfabetização: uma construção sobre os quatros pilares. **Benjamin Constant**, Rio de Janeiro, n. 22, 2002. Disponível em: <http://200.156.28.7/Nucleus/media/common/Nossos_Meios_RBC_RevAgo2002_Artigo_3.rtf>. Acesso em: 16 jul. 2010.

BARBOSA, José Juvêncio. **Alfabetização e leitura**. São Paulo: Cortez, 1992.

BASTOS, Amélia Rota Borges. Marcos legais para a educação inclusiva. In: SELAU, Bento;HAMMES, Lúcio Jorge. (Orgs.). **Educação inclusiva e educação para a paz: relações possíveis**. São Luís: EDUFMA, 2009.

BECHARA, Jonir; FERREIRA Borba Elise. Recursos didáticos na educação especial. **Benjamin Constant**, Rio de Janeiro, n. 15, 2000. Disponível em: http://200.156.28.7/Nucleus/media/common/Nossos_Meios_RBC_RevAbr2000_ARTIGO3.RTF . Acesso em: 8 abr. 2010.

BECHARA, Jonir; LEMOS, Edison Ribeiro. O Sistema Braille no Brasil. **Benjamin Constant**, Rio de Janeiro, n. 2, 1996. Disponível em: <http://200.156.28.7/Nucleus/media/common/Nossos_Meios_RBC_RevJan1996_Artigo2.doc>. Acesso em: 12 jun. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n. 1.010, de 10 de maio de 2006**. Institui o Soroban como um recurso educativo específico imprescindível para a execução de cálculos matemáticos por alunos com deficiência visual. Brasília, DF: MEC/Seesp, 2006.

CAMPOS, Izilda Maria; SÁ, Elizabet Dias de; SILVA, Myriam Beatriz Campolina. Formação continuada a distância de professores para o atendimento educacional especializado. In: _____. **Deficiência visual: inclusão escolar de alunos cegos e com baixa visão**. Brasília, DF: MEC/Seesp/Seed, 2007.

FALSARELLA, Ana Maria. **Formação continuada e prática de sala de aula: os efeitos da formação continuada na atuação do professor**. Campinas: Autores Associados, 2004.



FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. **Psi-cogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katál.**, Florianópolis, Edição Especial, v. 10, p. 37-45, 2007.

MARINA, Neida. **Biografia de Louis Braille**. [S.l.: s.n., 2003]. Disponível em: <<http://www.nossosaopaulo.com.br>>. Acesso em: 13 set. 2010.

SÁ, Elizabet Dias; MAGALHÃES, Maria da Conceição Dias. Alfabetização de alunos usuários do Sistema Braille. **Benjamin Constant**, Rio de Janeiro, n. 40, 2008. Disponível em: <<http://www.ibc.gov.br/?catid=4&itemid=10159>>. Acesso em: 12 set. 2010.

SELAU, Bento; KRONBAUER, Carlise; PEREIRA, Priscila; Educação inclusiva e deficiência visual: algumas considerações. **Benjamin Constant**, Rio de Janeiro, n. 45, 2010. Disponível em: <<http://www.ibc.gov.br/nossosmeios/revistas>>. Acesso em: 3 set. 2010.

SOARES, Magda Becker. As muitas facetas da alfabetização. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.52, p. 19-24, 1985.

_____. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

Louise da Rosa é graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Pampa (RS). E-mail: louisedarosa@hotmail.com.br **Bento Selau** é professor pela Universidade Federal do Pampa (RS), mestre em Educação, doutorando em Educação pela Universidade Federal de Pelotas, professor das disciplinas Educação Especial e Inclusão; Psicologia e Aprendizagem. E-mail: bentoselau@unipampa.edu.br